PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. Josimar Maranhãozinho)

Institui linha especial de crédito rural.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta Lei institui, no âmbito do crédito rural, linha especial de crédito destinada ao financiamento da aquisição de embarcação, motor de popa, rede, vara e demais apetrechos de pesca e de proteção individual por pescadores artesanais de baixa renda.
- Art. 2º Fica instituída, no âmbito do crédito rural, linha especial de crédito destinada ao financiamento da aquisição de embarcação, motor de popa, rede, vara e demais apetrechos de pesca e de proteção individual por pescadores de baixa renda, observadas as seguintes condições:
- I beneficiários: pescador artesanal inscrito no Registro Geral
 da Atividade Pesqueira (RGP);
- II prazo de pagamento: não inferior a 5 (cinco) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência;
 - III taxa efetiva de juros: 3% a.a. (três por cento ao ano);
- IV limite de financiamento: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
 por beneficiário;
- VI fonte de recursos: controlados e não controlados do crédito rural;
- VII risco: dos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações contratadas com recursos desses fundos; e das instituições financeiras, nos demais casos.





Art. 3º Os financiamentos de que trata esta Lei:

- I poderão ser objeto de:
- a) subvenção econômica na forma de equalização de taxas, de que trata a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, exceto se contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;
- b) fator de ponderação para fins de cumprimento das exigibilidades bancárias; ou
- c) combinação dos instrumentos de que tratam as alíneas "a" e "b" deste inciso;
 - II serão objeto de projeto simplificado de crédito.

Parágrafo único. Os valores relativos à elaboração do projeto simplificado e à prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural integram os itens financiáveis da linha de crédito de que trata esta Lei.

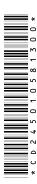
Art. 4º Os custos decorrentes da implantação da linha de crédito especial de que trata esta Lei serão assumidos pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, nas operações contratadas com seus recursos, e pela União, nas operações subvencionadas ao amparo da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, neste caso mediante a correspondente redução dos recursos anualmente destinados à equalização de taxas de juros relativas às demais operações de crédito rural.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição legislativa que ora apresento propõe a criação de linha especial de crédito rural, concebida para atender os pescadores artesanais de baixa renda, cuja atividade é fundamental para a segurança alimentar de muitas comunidades. Este projeto de lei reconhece a importância socioeconômica dos pescadores artesanais e busca prover meios que garantam o fortalecimento e a sustentabilidade de suas atividades.





A linha de crédito especial proposta oferece condições diferenciadas e favoráveis, essenciais para que os pescadores artesanais possam investir em equipamentos e infraestrutura sem comprometer sua estabilidade financeira.

As condições sugeridas incluem taxa efetiva de juros de apenas 3% ao ano, prazo de pagamento não inferior a cinco anos e até dois anos de carência antes do início dos pagamentos. Tais condições são projetadas para compatibilizar o reembolso dos financiamentos com a geração de renda pelos pescadores, de forma a mitigar riscos financeiros e promover ambiente de crédito menos oneroso.

O limite de financiamento de até R\$ 50.000,00 por beneficiário permite que os recursos sejam utilizados de forma eficiente na aquisição de barcos, canoas, redes e outros apetrechos necessários à atividade pesqueira. Isso não apenas melhora a capacidade produtiva individual dos pescadores, mas também contribui para a modernização e a sustentabilidade ambiental das práticas de pesca.

Certo dos efeitos positivos da medida ora proposta, em especial no que se refere ao fortalecimento das políticas públicas destinadas aos pescadores artesanais, encareço o apoio dos nobres Pares no sentido da aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Josimar Maranhãozinho Deputado Federal PL/MA



